

CARTA ABERTA À COMUNIDADE DO CEFET/RJ E À SOCIEDADE

O Comando Local de Greve (CLG) docente do Cefet/RJ vem a público comunicar a decisão do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN, reunido nos dias 22 e 23 de junho de 2024, de assinatura de termo de acordo com o Governo Federal, com base em rodada de assembleias de base, e de indicar a saída coletiva da greve até 3 de julho.

A greve da educação federal completa, neste dia 26 de junho, 104 dias, considerando o marco da deflagração de greve em 11 de março pela categoria Técnico-Administrativa em Educação (TAE) das universidades, representada pela FASUBRA. O movimento também reuniu TAEs e docentes da maior parte dos institutos federais, representados pelo SINASEFE, em greve iniciada em 03 abril, e docentes vinculados majoritariamente às universidades e aos CEFETs, representados pelo ANDES-SN, em greve desde o dia 15 de abril. No Cefet/RJ, em particular, a categoria docente deflagrou greve a partir de 2 de maio, há exatos 53 dias.

A forte e progressiva adesão à greve nas IFE (somente no ANDES-SN, a adesão chegou a 62 instituições) é um indicativo da representatividade dos três sindicatos e da justeza da pauta de reivindicações, que visa reverter um quadro forte de precarização e de ataques à educação e demais serviços públicos, sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro, mas também, ainda que em outro patamar, nas lógicas de ajuste fiscal que se intensificaram no Brasil, sobretudo a partir de 2015.

Articulados ao Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (FONASEFE), as entidades da educação expuseram sua pauta inicial ao governo em julho de 2023 (<https://adcefetrij.org.br/adcefetrij/campanha-salarial-2024/>), no espaço da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), com destaque para a recomposição salarial parcelada em 2024, 2025 e 2026 para corrigir os salários, corroídos pela inflação em cerca de 53,17% no caso de TAEs e de 39,92% no caso de docentes, além de itens referentes à reestruturação de carreiras, à equiparação de auxílios, à recomposição do orçamento público e à revogação de uma série de medidas editadas nos governos Temer e Bolsonaro que atacam os serviços e servidores públicos.

Sempre alegando falta de recursos em virtude dos limites impostos pelo Novo Arcabouço Fiscal (aprovado em agosto de 2023), somente em 21 de dezembro de 2023 o governo apresentou uma proposta inicial concreta ao servidores, em caráter de ultimato, considerando: (a) aumento nos benefícios, sem equiparação com os demais poderes, sendo 52% para o auxílio alimentação, uma média de 51% para o auxílio saúde e 51% no auxílio creche; (b) reajuste de 0% em 2024, 4,5% em maio de 2025 e 4,5% em maio de 2026; (c) e indicativos pontuais na pauta do revogação, porém, sem atender objetivamente a maior parte dos itens.

Mesmo rebaixando sua proposta em processo de consulta às bases, a bancada sindical não obteve do governo uma sensibilização. Essa contraproposta salarial do FONASEFE, apresentada em janeiro de 2024, previa, dentre outros itens, a recomposição da inflação desde setembro de 2016 (Governos Temer e Bolsonaro), representando, para os docentes, 22,71% de reajuste, em parcelas iguais de 7,06% (2024, 2025 e 2026); para TAEs, 34,32%, em parcelas iguais de 10,34% (2024, 2025 e 2026).

A intransigência negocial do governo deu combustível para que as entidades da educação comessem a deflagrar greve, intensificada depois que o governo encerrou as negociações com o FONASEFE em abril de 2024, deslocando o processo para mesas específicas e setoriais com cada área/categoria do serviço público. Na educação federal, somente o crescimento da greve em dezenas de universidades, nos dois CEFETs e em centenas de campi de institutos federais, começou a retirar o governo da inércia, embora com propostas (apresentadas em 19 de abril e em 15 de maio) inicialmente tímidas do ponto de vista salarial e praticamente ausentes nas pautas relacionadas à reestruturação efetiva das carreiras, ao revogação e à recomposição do orçamento das IFEs.



Em processo marcado por tentativas de fechamento unilateral das negociações por parte do governo (mesa de 27 de maio) e de assinatura de acordo ilegítimo com a PROIFES - que não representa o conjunto dos/das docentes federais -, a manutenção da greve nas assembleias de base fez o governo recuar e, principalmente na semana entre 10 e 14 de junho de 2024, acenar com o atendimento de itens não salariais e da pauta do revogaço.

A comparação entre a proposta rebaixada do governo em dezembro de 2023 e as propostas consolidadas até o momento mostra a força da greve e o acerto em deflagrar o movimento, como confirmação de que só a luta muda a vida

CABE DESTACAR, COMO CONQUISTAS DESSA GREVE:

- (a) a recomposição parcial do orçamento das instituições federais;
- (b) a conquista de 5600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- (c) a implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;
- (d) o início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;
- (e) a elevação do reajuste linear oferecido até 2026 de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em abril de 2026;
- (f) a elevação de steps de 4,0% para 5,0% até 2026 (com exceção de Adjunto/DI e DIII-I, que passa de 5% para 6% até 2026);
- (g) a elevação do valor salarial para ingressantes na carreira docente (MS e EBTT);
- (h) a elevação salarial acumulada (até 2026) variando entre 13,3% e 31,2%, a depender da posição na carreira;
- (i) a proposta de revisão da IN nº 66/2022;
- (j) a revogação da Portaria nº 983/2020;
- (k) a liberação do controle de frequência para docentes da carreira EBTT;
- (l) a suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente a decisões que concedam o RSC para aposentado(a)s;
- (m) a retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC;
- (n) a criação de grupo de trabalho para discutir o reenquadramento de aposentados retidos em reestruturações anteriores na carreira e regras para a concessão de insalubridade e entrada lateral na carreira.

O momento é de reconhecer as conquistas e avanços do movimento de greve nesse período e recuar para manter a negociação das pautas ainda pendentes no médio e longo prazo, sobretudo as que demandarão mais ciclos de negociação com o governo (como a reestruturação das carreiras) e a defesa das mínimos constitucionais em saúde e educação, em uma construção que terá necessariamente que extrapolar a pauta específica da educação federal e envolver amplos setores da sociedade, num movimento que tenha como horizonte a revogação dos tetos de gastos e arcabouços fiscais (fonte real de nossas dificuldades de negociação).

Convidamos todos/as/es às lutas que ainda virão, na certeza de que saímos mais fortes na defesa de uma educação pública, gratuita, laica e referenciada no fim das opressões de todos os tipos.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2024,
Comando Local de Greve docente do Cefet/RJ